



A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo e Constitucional	Belo Horizonte	ano 6	n. 25	p. 1-256	jul./set. 2006
--	----------------	-------	-------	----------	----------------

Sumário

DOCTRINA

Artigos

LRF, despesa de pessoal e período pré-eleitoral: um roteiro prático de providências

Vanice Lírio do Valle 9

1 Dissecando a conduta vedada: a expedição de ato, e seu inegável traço voluntarístico, e a demonstração de sua inocorrência 12

2 Avaliando uma conduta possível: ação voluntária isoladamente determinante de aumento de despesa, mas contível no limite consistente no total de gastos da data de referência 16

3 Breves recomendações com vistas à suavização do período suspeito 21

A efetivação do direito à saúde por uma jurisdição-serafim: limites e possibilidades

Rogério Gesta Leal 25

1 Notas introdutórias 25

2 A saúde como direito fundamental 25

3 Perspectivas institucionais do dever prestacional da saúde no Brasil 27

4 O caso concreto e sua solução 36

Referências 39

Reflexões acerca da efetivação dos direitos sociais

Rafael Moreira Nogueira 41

1 Introdução 41

2 Da força normativa da Constituição 43

3 Dos direitos sociais. Classificação e interpenetração com os direitos individuais fundamentais clássicos 50

4 Efetivação dos direitos sociais (intervencionismo estatal e crise do Estado Social) o problema da eficácia dos direitos sociais 55

5 Uma breve análise sobre os dados sociais pós-Constituição de 1988 58

6 Um Estado em confronto com sua Constituição. Os riscos para a democracia 61

7 Conclusão 63

Referências 65

Estado nacional, Estado-nação e o princípio das nacionalidades

Marcelo Kokke Gomes 67

1 Introdução 67

2 A formação do Estado Nacional e do Estado-Nação 68

3 Nação e o princípio das nacionalidades 80

4 Conclusão 92

Referências 93

Participação popular como condição de efetividade da gestão urbano-democrática

Marcelene Carvalho da Silva Ramos 95

Os limites das alterações qualitativas nos contratos administrativos

Luciano Elias Reis 109

Importância do tema 109

Prerrogativas da administração nos contratos administrativos 109

Diferenças entre alteração quantitativa e qualitativa 114

Alterações qualitativas 116

Limites das alterações qualitativas 128

Conclusão 131

Referências 132

Segurança jurídica: fundamento do Estado de Direito	
Lígia Maria Silva de Melo	133
1 Introdução	133
2 A formação do Estado: fundamento na segurança	134
3 Estado de Direito e a segurança jurídica	135
4 A dignidade da pessoa humana e a segurança jurídica	140
5 Conclusão	141
Referências	143

O custo dos direitos prestacionais

Cláudia Honório	145
Introdução	145
1 Os direitos prestacionais	145
2 A reserva do possível	146
3 Frente à escassez, uma solução	150
4 O papel do judiciário	151
5 A ponderação de interesses	154
6 Instrumental novo	156
Conclusão	157
Referências	158

A questão da juridicidade das normas constitucionais programáticas segundo a visão de Kant sobre lei e coerção (The problem of the legality of constitutional laws according to Kant's vision about law and coercion)

Estefânia Maria de Queiroz Barboza	161
1 Introdução	161
2 Distinção entre lei e moral	162
3 Lei jurídica e coerção externa	167
4 Normas programáticas	170
5 Normas programáticas enquanto limitações ao poder estatal	176
6 Conclusão	178
Referências	179

As cambiantes relações entre o Estado brasileiro e o setor de telefonia

André Felipe Canuto Coelho	181
Considerações iniciais	181
2 A implantação da telefonia numa economia agrário-exportadora	183
3 A consolidação dos serviços telefônicos e o Estado burguês	184
4 A crise do modelo intervencionista estatal	190
5 O colapso de um modelo	191
5.1 A flexibilização do monopólio estatal	191
5.2 Os ajustes necessários	194
5.3 A Lei Geral de Telecomunicações	196
5.4 A atuação estatal por meio de uma nova estrutura: a Anatel	199
5.5 A telefonia celular e o início da abertura do setor com a venda das concessões da Banda B	200
5.6 A reestruturação e a privatização do sistema estatal de telefonia	202
6 A privatização como instrumento de passagem do Estado empresário para Estado regulador	205
Referências	209

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça

Ação Civil Pública – Legitimidade do Ministério Público – Direito constitucional à creche, aos menores de zero a seis anos – Obrigação de fazer – Exigibilidade em juízo – Precedentes desta Corte e do Colendo STF Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 485.969 – SP	215
---	-----

Índice	253
---------------------	-----